

UM NOVO PARADIGMA NO SETOR ENERGÉTICO



JOÃO CORREIA BERNARDO

DIRETOR-GERAL,
DIREÇÃO-GERAL
DE ENERGIA E GEOLOGIA

Pouco mais de cinco anos volvidos desde a adoção do Acordo de Paris na 21.ª Conferência das Partes, a 12 de dezembro de 2015, já é possível ter a noção daquela que é, muito provavelmente, a maior e mais rápida disrupção tecnológica que a Humanidade já experimentou.

A entrada em vigor do Acordo de Paris exigia que pelo menos 55 países, representando pelo menos 55% das emissões de Gases com Efeito de Estufa, ratificassem o Acordo. Esperava-se um processo algo moroso mas, surpreendentemente, menos de um ano após a sua adoção, o Acordo entrou em vigor, tendo contribuído para isso a ratificação da União Europeia e de alguns dos seus Estados-membros, incluindo Portugal.

Portugal assume assim, em 2016, na Conferência das Partes realizada em Marraquexe, o compromisso para alcançar a neutralidade carbónica em 2050. O desafio para honrar este compromisso, de redução de emissões de gases com efeito estufa, entre 85% e 90% até 2050, face ao valor verificado, é enorme.

A descarbonização da sociedade tem de ser feita a todos os níveis, cabendo ao setor energético um papel determinante na persecução desse objetivo pelo impacto que os combustíveis fósseis têm na produção e utilização da energia.

Nesse sentido, consciente que o setor energético contribui de forma muito substantiva para as emissões de CO₂, o Governo, com o apoio da Direção-Geral de Energia e Geologia e da Agência Portuguesa do Ambiente, elaborou e aprovou o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), que estabelece as metas e objetivos e concretiza as políticas e medidas para o horizonte de 2030. Trata-se de um Plano focado em alcançar um futuro neutro em carbono e no cumprimento dos objetivos a longo prazo que Portugal estabeleceu no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), onde a eletrificação da economia, as energias renováveis, incluindo os gases renováveis, se assumem como elementos centrais na transição energética para um modelo mais sustentável e compatível com as estratégias de descarbonização.

Portugal tem sido um pioneiro nestas matérias, promovendo desde muito cedo uma integração crescente das energias renováveis no consumo final de energia, sobretudo na energia elétrica, inicialmente com os grandes aproveitamentos hídricos, seguindo-se o aproveitamento da energia eólica, com grande expressão a partir dos anos noventa e, mais recentemente, com a contribuição da energia solar, quer em grandes projetos, na ordem das dezenas ou centenas de MW, quer em projetos de produção distribuída, junto do locais de consumo ou em autoconsumo.

Esta integração crescente das energias renováveis no Sistema Elétrico Nacional, agora com custos competitivos na produção de energia elétrica face às energias fósseis, é sem dúvida a forma mais rápida para alcançar os objetivos de descarbonização. Por conseguinte, a eletrificação é encarada como um dos pilares fundamentais da descarbonização dada a facilidade de integração das fontes de energia renovável nas infraestruturas elétricas já existentes.

Assim, para além do setor dos serviços, já fortemente eletrificado, a aposta neste novo modelo energético será na eletrificação do setor doméstico, no industrial e no setor dos transportes, onde ainda existe muito espaço para potenciar esse crescimento.

Do ponto de vista da contribuição das renováveis no consumo de energia, ganham também relevância, neste modelo de transição energética, os gases renováveis, essencialmente hidrogénio e biometano, dado o seu importante papel para potenciar a descarbonização de setores da economia que atualmente dispõem de poucas opções tecnológicas alternativas e onde a eletrificação no curto/médio prazo poderá não ser a melhor opção em termos de custo-benefício.

O caminho para uma economia neutra em carbono exige, por isso, o aumento da eletrificação e da contribuição dos gases renováveis, sem esquecer outras áreas estratégicas como a eficiência energética, a diversificação de fontes de energia, o reforço e modernização das infraestruturas, o desenvolvimento das interligações, a estabilidade do mercado e do investimento, a reconfiguração e digitalização do mercado energético, o incentivo à investigação e inovação, a promoção de processos, produtos e serviços de baixo carbono, melhores serviços energéticos e a promoção de uma escolha informada dos cidadãos.

A transição para um novo modelo energético é também uma oportunidade para mitigar algumas debilidades associadas ao consumo de energia, nomeadamente no capítulo da segurança de abastecimento e da dependência energética. A internalização de fontes renováveis endógenas no nosso portefólio reduz a nossa exposição aos mercados de matérias-primas energéticas fósseis, muitos deles caracterizados por alguma cartelização e pela instabilidade geopolítica associada às regiões onde estas matérias-primas de origem fóssil são extraídas.

A nossa elevada dependência energética, que atualmente anda à volta dos 70-75%, tem finalmente condições para diminuir drasticamente. Este fator é de extrema importância porquanto esta elevada dependência deixa o País e a sua economia, incluindo empresas e cidadãos, num estado de enorme vulnerabilidade relativamente à segurança de abastecimento de energia, à incerteza dos preços e à volatilidade dos mercados e das taxas de câmbio e tem um peso significativo na nossa balança de pagamentos.

Por conseguinte, **o caminho é muito claro: descarbonizar a nossa economia; promover a transição energética;** melhorar a competitividade do País com menores custos energéticos; apostar na eficiência energética; e assegurar um acesso mais justo e mais equitativo à energia para todos os portugueses e todos aqueles que trabalham e fazem a sua vida em Portugal.

Queria também deixar aqui uma referência particular ao papel do hidrogénio neste processo de transição. A disponibilidade de um recurso energético praticamente inesgotável e bem distribuído, como o hidrogénio, vem alterar todo o paradigma associado à exploração e utilização das fontes de energia e retira a pressão sobre a necessidade de domínio do recurso, colocando a ênfase na procura de soluções tecnológicas de produção, distribuição e consumo.

Em todo o Mundo, o papel do hidrogénio como vetor energético tem vindo a ser amplamente reconhecido, constituindo hoje uma das principais prioridades da investigação, desenvolvimento e implementação. Portugal também tem estado atento a esta dinâmica e tem participado ativamente na discussão do tema, procurando desenvolver e trazer investimentos relacionados com a economia do hidrogénio para o País.

Neste contexto, Portugal apresentou no ano passado a sua Estratégia Nacional para o Hidrogénio, que realça as condições muito favoráveis do território nacional para a instalação de uma indústria de produção de hidrogénio verde, com potencial exportador, que será um catalisador de toda uma nova economia associada a este gás renovável.

A transição do modelo energético não se limita, portanto, a uma mudança numa tecnologia energética ou fonte de combustível. Trata-se de uma verdadeira mudança de paradigma que envolve as políticas, os modelos, as infraestruturas, os sistemas, as tecnologias e as fontes de energia e, sobretudo, as pessoas. São elas o catalisador da mudança e que, gradualmente, se vão colocando no centro das decisões sobre a forma como consomem energia, mas também sobre a forma como a produzem.

A transição energética, hoje, já não é uma opção, é uma certeza e irá transformar radicalmente o modo como produzimos, armazenamos, distribuímos e consumimos a nossa energia. |